



35815329



08084.006942/2025-97

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA****MODELO DE PROPOSTA E ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA PLANILHA****Modelo de Proposta de Preço**

DADOS DA EMPRESA	
Identificação da empresa:	
Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Endereço:	
CEP:	
Telefone:	
E-mail:	
Validade da proposta:	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de Meses de execução contratual	

OBJETO
Contratação serviços contínuos de copeiragem, com fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários à adequada execução dos

serviços, destinados a atender às demandas deste Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP (Órgão Gerenciador) e da Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, a serem executados com regime de dedicação exclusiva (Órgão Participante), em Brasília/DF de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Órgão	Tipo de serviço	Valor do posto	Qtd. de postos	Valor unitário mensal	Total mensal por Órgão	Total anual por Órgão	Total Global (2 anos) - por Órgão	
1	1	MJSP (Órgão Gerenciador)	Copeira		21					
	2		Garçom		18					
	3		Encarregado Geral		1					
	4		Auxiliar de encarregado		1					
	5		Carregador		2					
	6	ANPD (Órgão Participante)	Copeira		3					
	7		Garçom		3					
	8		Carregador		1					
	TOTAL:									
	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: (por extenso em Reais)									

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que os preços cotados compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, bem como estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, façam parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, fretes, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:			
RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ/MF:	ENDEREÇO:		
TELEFONE:	CEP:	CIDADE:	UF:
BANCO:	AGÊNCIA:	C/C:	
Dados do Representante(s) Legal(is) da Empresa para assinatura do Contrato:			
NOME:			
ENDEREÇO:			
CEP:	CIDADE:		UF:
CPF/MF:	CARGO/FUNÇÃO:		
IDENTIDADE:	EXPEDIDO POR:		
NATURALIDADE:	NACIONALIDADE:		

(Assinatura do Representante Legal)
NOME COMPLETO
(Local e data)

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS

(Conforme Anexo II do Termo de Referência)

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

- O Licitante deverá apresentar a Norma Coletiva de Trabalho a que se encontra vinculado, adequada para cada perfil profissional exigido, vigente à data de abertura da sessão pública.
- No preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, o Licitante deverá observar os custos mínimos fixados no Termo de Referência ou estipulados pela Norma Coletiva indicada, o que for mais benéfico para o trabalhador.
- Solicita-se prudência e atenção aos licitantes quando da formulação de seus lances (propostas comerciais) através do uso de parâmetros com valores ínfimos ou irrisórios, a fim de evitar possíveis indícios de inexecuibilidade, principalmente em relação aos Custos indiretos; Lucro; Percentuais de incidência de aviso prévio trabalhado e indenizado; e Ausências legais.
- Com vistas a facilitar e orientar a elaboração das propostas, consta no Anexo II do Termo de Referência um arquivo eletrônico editável (.xls) do modelo de planilha de custos e formação de preços, contendo as fórmulas utilizadas para a definição do preço de referência.
- Da mesma forma, com o objetivo de evitar o preenchimento equivocado da planilha de custos, o arquivo editável disponível no Anexo II do TR contém células protegidas contendo as fórmulas utilizadas na definição do preço de referência. Assim, recomenda-se o preenchimento da planilha por parte dos licitantes mediante a alteração somente das células desprotegidas destacadas em amarelo.
- O uso do arquivo eletrônico disponibilizado no Anexo II do TR é opcional e a utilização e o preenchimento do mesmo são de inteira responsabilidade da licitante, devendo a

proponente observar as disposições do edital, em especial quanto às formalidades de apresentação das propostas, não cabendo a alegação de erros decorrentes da utilização desta ferramenta.

- Ressalta-se, ainda, que, embora a utilização do arquivo eletrônico disponibilizado seja facultativa, a planilha de custos e formação de preços apresentada pelos licitantes deverá, obrigatoriamente, observar a mesma estrutura, composição e lógica de cálculo constantes do modelo disponibilizado, de modo a permitir a adequada análise e comparabilidade das propostas pela Administração.
- Adicionalmente, a planilha deverá ser apresentada em formato eletrônico editável, sendo indispensável o envio do arquivo que contenha as fórmulas utilizadas na composição dos custos, não sendo suficiente a apresentação exclusiva em formato PDF ou equivalente não editável. Tal exigência tem por finalidade viabilizar a verificação da memória de cálculo, da consistência dos parâmetros adotados e da exequibilidade da proposta.
- Não obstante o caráter opcional do uso do modelo disponibilizado, recomenda-se sua utilização pelos licitantes, tendo em vista que o referido arquivo foi estruturado de acordo com as diretrizes normativas aplicáveis e com as especificidades da contratação, contribuindo para a correta elaboração das propostas. Todavia, a eventual utilização do modelo não exime a licitante da integral observância das disposições do edital e de seus anexos, especialmente no que se refere às regras de preenchimento, composição de custos e formalidades de apresentação, não sendo admitidas alegações de erro, inconsistência ou inadequação decorrentes do uso da planilha disponibilizada pela Administração.
- Os valores indicados na planilha de custos e formação de preços são de responsabilidade integral do licitante, cabendo a ela efetuar o levantamento dos serviços, dos quantitativos, dos custos e tudo mais que for necessário para o cumprimento total das obrigações decorrentes da execução dos serviços. Por esse motivo, durante a execução dos serviços, a CONTRATADA não poderá alegar eventuais erros de quantitativos ou omissões de serviços no seu orçamento para justificar futuras revisões de preços.
- O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

- O Licitante deverá observar, para fins de preenchimento da rubrica “Salário” do profissional residente, a remuneração fixada no Termo de Referência ou estipulada pela Norma Coletiva indicada, o que for mais benéfico para o trabalhador.

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS

- Para a estimativa do custo com o 13º salário os licitantes deverão observar o percentual definido no Anexo XII da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017 (8,33%).
- Para a estimativa do custo com o pagamento das férias do empregado a proponente deverá informar no Submódulo 2.1 somente o percentual relativo ao adicional de férias, a fim de evitar a duplicidade da rubrica "férias" com a prevista no submódulo 4.1.
- A adoção de percentuais diferenciados deverá ser plenamente justificada, com a indicação da legislação pertinente que a autorize o respectivo dispositivo, bem como a juntada de documentos comprobatórios, se for o caso, no momento da apresentação da proposta.

INSS, FGTS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

- O Licitante deverá considerar, para fins de preenchimento das rubricas que compõem o módulo, os percentuais aplicáveis à empresa, observadas as peculiaridades do serviço e as disposições legais, observando o enquadramento real do licitante em especial no que diz respeito ao SAT/RAT.

- A comprovação da alíquota do SAT/RAT poderá realizada mediante apresentação do arquivo SEFIP/GFIP ou outra documentação fornecida pela Receita Federal do Brasil.
- A adoção de percentuais diferenciados deverá ser plenamente justificada, com a indicação da legislação pertinente que a autorize e respectivo dispositivo, bem como a juntada de documentos comprobatórios, se for o caso, no momento da apresentação da Proposta.

BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

- Para fins de elaboração das propostas de preços, os licitantes deverão observar o valor mínimo de R\$ 10,00 por trecho (ida ou volta), referente ao benefício de auxílio-transporte a ser concedido aos trabalhadores, totalizando R\$ 20,00 por dia de trabalho. Ressalta-se que esse valor mínimo não inclui o desconto legal de 6% a ser suportado pelo empregado, conforme previsto na legislação trabalhista. A não observância desse parâmetro mínimo ensejará a desclassificação da proposta, nos termos do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2025.
- Somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.
- Deverão as licitantes, obrigatoriamente, prever em suas planilhas de custos e formação de preços o custo referente ao benefício de reembolso-creche, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, adotando, no mínimo, o valor unitário e o percentual de incidência estabelecidos nos Anexos I e II da referida norma, sob pena de desclassificação da proposta.
- Havendo indícios de inexecutabilidade em relação a quaisquer valores do módulo “Benefícios Mensais e Diários”, poderá ser solicitado ao Licitante a apresentação de documentos necessários a demonstrar o valor cotado.

PROVISÃO PARA RESCISÃO

- O Licitante deverá observar que nesta contratação será adotada a sistemática da Conta Vinculada, dessa forma o percentual relativo à Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado deverá totalizar 4%, considerando a extinção da cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, por força do art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019.
- Havendo indícios de inexecutabilidade em relação a quaisquer valores deste módulo, poderá ser solicitado ao Licitante a apresentação de documentos necessários a demonstrar o valor cotado.

CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

- O Licitante deverá observar que nesta contratação será adotada a sistemática da Conta Vinculada, dessa forma o percentual relativo ao adicional de férias (submódulo 2.1) e o percentual relativo às férias (submódulo 4.1) deverá totalizar 12,10%, consoante percentual que será provisionado para a Conta Vinculada, conforme Anexo XII da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017.

INTRAJORNADA

- Não há previsão de pagamento de substituição intrajornada para esta contratação.

INSUMOS DIVERSOS

- São considerados “Insumos Diversos” os custos relativos aos uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

- Os custos referentes aos materiais e equipamentos/utensílios constarão como item específico da planilha de composição dos custos e formação de preços, devendo ser elaborada relação, contendo as especificações descritas no Termo de Referência, que comporá o valor total da proposta da Empresa.
- Os equipamentos e/ou materiais permanentes serão de propriedade da empresa e deverão ser disponibilizados para a prestação dos serviços, sendo os custos expressados na planilha e custos e formação de preços por meio do valor de depreciação.
- O custo desses equipamentos e materiais a ser incorporado na planilha, deve considerar que esses insumos são de propriedade da empresa contratada e que, após o encerramento do contrato serão retirados. Desse modo, para o cálculo desse custo deve ser considerado o período de vida útil dos equipamentos/materiais e o valor/percentual residual.
- Portanto, a Administração não paga o preço integral de eventual equipamento à empresa contratada, mas somente o custo da depreciação desse bem durante a vigência do contrato.
- Para o cálculo da depreciação dos equipamentos, será adotada a vida útil de acordo com a metodologia utilizada no Manual do SIAFI da Secretariado Tesouro Nacional - STN, que se utiliza da Macrofunção 02.03.30 do SIAFI para se obter estimativas de vida útil e do valor residual dos bens depreciables. O modelo de planilha presente no Anexo II já contempla a fórmula para o cálculo da depreciação, observando a seguinte memória de cálculo:

$$\text{Depreciação Mensal} = [\text{Valor do equipamento} \times (1 - \text{Valor residual})] / (\text{Vida útil em meses})$$

- A contratada deverá disponibilizar todos os materiais e equipamentos de sua responsabilidade, com qualidade e quantidades adequadas ao desempenho das funções.
- A reposição dos materiais e equipamentos que perfazem o Módulo 5 - Insumos de Mão de Obra da Planilha de Custos e Formação de Preços de todos os postos deverão ocorrer por conta da Contratada, por ocasião de utilização do estoque ou perda do prazo de validade.

CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

- O licitante deverá comprovar o regime de tributação sobre o faturamento no ano calendário da contratação, nos seguintes termos:
 - Encaminhar cópia da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF mais recente nos termos da legislação fiscal ou outro(s) documento(s) expedido Receita Federal para fins de comprovação do regime de tributação federal sobre o faturamento no ano calendário da contratação.
 - A empresa enquadrada no regime não cumulativo de PIS/PASEP e COFINS não deve cotar os percentuais máximos (7,60% e 1,65%), mas aqueles que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses.
 - A empresa com regime misto (com parte das receitas tributadas pelo método cumulativo e parte pelo método não cumulativo) também deverá cotar os percentuais que representem a médias das alíquotas efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses.
 - A empresa enquadrada apenas no regime cumulativo comprovará o enquadramento nesse regime encaminhando cópia da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF mais recente nos termos da legislação fiscal ou outro(s) documento(s) expedido Receita Federal.
 - Caso o licitante recolha a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, nos termos da Lei n. 12.546/2011, deverá fornecer devidamente preenchido e assinado pelo seu representante legal o Anexo IX deste TR a fim de esclarecer a regularidade do seu

enquadramento tributário.

- A empresa optante pelo regime de incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) deverá ajustar a Planilha de Custos e Formação de Preços, observando as disposições da Lei n. 14.973/2024, que alterou a Lei nº 12.546/2011.

- A fim de comprovar a opção pela tributação da CPRB no ano-calendário da contratação, o licitante deverá fornecer um dos seguintes documentos fiscais:

a) Cópia do recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD-Contribuições; e/ou

b) Cópia do recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf;

c) Cópia da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF; e/ou

d) Cópia do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF cujos códigos utilizados (2985 ou 2991) identifiquem o recolhimento da CPRB nos termos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil; e/ou

e) Outro(s) documento(s) expedido Receita Federal para fins de comprovação do regime de tributação e adequação da proposta.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Luiz Graziato, Coordenador(a) de Serviços Gerais**, em 03/06/2026, às 17:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **35815329** e o código CRC **A48F1182**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.